

# FILHOS DA GUERRA

## A TRANSFERÊNCIA DO TRAUMA E DO SENTIMENTO DE CULPA

Anabela Valente Simões

UNIVERSIDADE DE AVEIRO, ESTGA | CLLC, PORTUGAL

anabela.simoess@ua.pt

São múltiplos os exemplos de autores que através das suas encenações literárias buscam um sentido para aquele que é considerado por muitos o evento central do século XX, o Holocausto. Com efeito, esta temática tem servido de mote para um sem-fim de textos assinados quer por importantes nomes do cânone literário, do qual fazem parte os sobreviventes Primo Levi, Elie Wiesel ou Imre Kertész, entre outros, quer por um conjunto de autores que se formou já no pós-1945, uma prolífica geração de escritores que tem procurado retratar uma realidade muito particular: apesar de não terem vivido ou testemunhado a violência genocida nazi, estes indivíduos têm elaborado o seu mapa identitário sob o legado, sob a sombra de um passado absolutamente excecional que, inevitavelmente, viria a cunhar a perceção de si próprios e do mundo.<sup>[1]</sup> Ao contrário da primeira geração – para quem o processo de escrita é sinónimo de um processo de busca de sentido, de catarse, de conciliação com a própria vida –, esta segunda geração centra-se em torno de um eixo temático diferente: a transmissão transgeracional da memória, dos traumas e do sentimento de culpa pela sobrevivência manifestados pelos progenitores, questões prementes e intrinsecamente ligadas à formação e consolidação das suas identidades.<sup>[2]</sup>

---

1 A título ilustrativo, destacamos os nomes de Ruth Beckermann (1943), Robert Schindel (1944), Elfriede Jelinek (1946), Barbara Honigmann (1949), Esther Dischereit (1952), Robert Menasse (1954) ou Doron Rabinovici (1961).

2 A este respeito, veja-se, por exemplo, SIMÕES, Anabela V. (2012), “Pós-memória e pertença identitária no romance *Andernorts* de Doron Rabinovici” in Catarina Martins et al. (Org.), *Em Trânsito – Übergänge: Grenzen überschreiten in der Germanistik*, REAL- Revista de Estudos Alemães, pp. 56-67; \_\_\_\_ (2010), “Memória e ficção narrativa: a história alemã revisitada através da literatura e do cinema”, *Polissema* 10, pp. 27-41; \_\_\_\_ (2010), “Fragmented identities in Doron Rabinovici’s novel *Ohnehin*”

O presente artigo procura descer à raiz desta questão e apresenta uma reflexão sobre o papel da família – o mecanismo social que desenvolve e dá continuidade a sistemas de valores e a processos de socialização dos seus membros mais jovens – no contexto específico do pós-guerra, interessando-nos, sobretudo, assinalar o conjunto de comportamentos padronizados registados no seio de cada núcleo familiar e avaliar como os traumas individuais e as atitudes do sujeito adulto se repercutiram na configuração identitária das gerações mais jovens ou que, inclusive, nasceram após o final do conflito.

Não obstante as várias décadas que separam o presente daquele evento histórico, trata-se de uma questão que urge ser continuamente equacionada e revisitada na atualidade, na medida em que fornece formulações e modelos que ajudarão a compreender e a antecipar o comportamento de muitos indivíduos que de uma forma ou outra se veem afetados por circunstâncias movidas pelo conflito e pela violência.

É um facto que a história do Homem é uma história assente na violência e no dirimir de conflitos de diferentes tipos, sejam eles de natureza tribal, regional, entre diferentes reinos ou entre nações. Com efeito, o conceito de “violência” existe desde o início da vida e tem vindo a assumir-se como objeto problemático que continua a suscitar acesas discussões acerca da possibilidade da sua superação. Possibilidade que, tornada lugar-comum, na verdade nunca será concretizável, pois a violência “existe segundo dispositivos tão congénitos ao indivíduo e à sua inscrição em ordens sociais que, por exemplo, é hoje relativamente pacífica a ideia de que as grandes mutações qualitativas na História dos povos pressupõem eventos violentos” (Martins, 1998: 16). Esta constância ou previsibilidade não se verifica, contudo, no que diz respeito ao nível de exposição da população civil, o qual tem vindo ao longo dos tempos a sofrer alterações substantivas, registando-se um aumento acentuado do número de sujeitos não diretamente intervenientes que se veem afetados pela guerra e pela violência que lhe é inerente.

O relatório *The state of the world's children*, publicado pela UNICEF há quase duas décadas, corrobora esta afirmação, sublinhando a circunstância de que nas guerras travadas nos séculos XVIII, XIX e inícios do século XX o número de civis afetados se situava nos 50%, ao passo que na Segunda Guerra Mundial este número havia ascendido a dois terços e nas guerras travadas a partir do final da década de

---

in Irina Veljanova (Ed.), *Perceptions, Meaning and Identity*, Oxford, InterdisciplinaryNet Press, pp. 83-91.

1980 este número viria a alcançar 90% de vítimas civis, entre as quais um elevado número de crianças. Este mesmo relatório dá ainda conta de que em apenas uma década havia sido possível contabilizar a morte de dois milhões de crianças; para além destas, quatro/cinco milhões ficaram inválidas, doze milhões perderam a sua casa, mais de um milhão ficou órfão e a cerca de dez milhões foram infligidos profundos traumas psicológicos. Em suma, concluiu-se que o número de crianças que têm sido criadas por entre o caos da guerra é avassaladoramente elevado.

Dados mais recentes demonstram que este cenário parece não ter sofrido alterações positivas. Com efeito, e de acordo com o *Global Peace Index 2014*, vivem em países com elevado risco de conflito e instabilidade cerca de 500 milhões de pessoas, com custos na economia global que ultrapassam os 9,8 triliões de dólares. Na Síria, país que ocupa o último lugar deste Índice que avalia 162 países, e de acordo com informação veiculada pela Organização das Nações Unidas, em quase quatro anos de conflito morreram aproximadamente 200 mil pessoas. O Observatório Sírio para os Direitos Humanos estimou ainda que durante o ano de 2014 o número total de vítimas se situa nas 76.021 pessoas, sendo que o número de civis que perdeu a vida neste período ascende a 33.278 (Pombo, 2015). Sublinhe-se ainda que no início de janeiro de 2015 o número de refugiados se situava próximo dos 3.350.000, de acordo com dados da plataforma Syria Regional Refugee Response, tutelada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Para além da Síria, a guerra civil e a violência sectária no Iraque, o conflito Israel-palestiniano, os conflitos no Afeganistão e no Paquistão são apenas alguns exemplos de entre os muitos palcos de guerra nos quais a possibilidade de uma vida normal é diariamente negada à população civil, desagregando famílias e roubando a infância a milhões de sujeitos, circunstâncias que, como veremos, poderão ter repercussões passíveis de ser estender para lá da eventual resolução de cada um destes conflitos.

A vida das vítimas do regime nazi, cujas condições e contornos mais específicos se encontram amplamente documentados na vasta literatura publicada ao longo das últimas décadas, infligiu profundas feridas psíquicas a todos os que passaram por essa experiência. Após a capitulação da Alemanha, em maio de 1945, a convivência com situações de violência extrema provocou, por um lado e a um nível mais individual, graves dificuldades na reestruturação pessoal de cada sujeito e, por outro lado, as memórias da guerra ameaçaram igualmente as relações que cada vítima estabeleceu com o mundo em geral e com os elementos da família em particular.

A experiência de suportar o dia a dia em guetos, campos de trabalho ou campos de concentração nazis foi marcada por diversos fatores que exigiram às vítimas a aplicação máxima das suas forças físicas e psíquicas de molde a alimentar a esperança de uma possível sobrevivência. Desmoralização, fome, tortura, exaustão, doenças e o completo desespero são as ideias mais recorrentemente assinaladas em descrições de sobreviventes. Nos campos de concentração não era possível colocar questões – os deportados teriam unicamente que obedecer e aceitar a sua fortuna, tal como nos relata Primo Levi (1988: 92) em *Se isto é um homem*. Escravatura, maus-tratos, repetições constantes de episódios de terror e pânico tornaram-se, assim, no quotidiano de milhões de indivíduos. Todo este processo foi ainda vivido com a consciência de que não restava qualquer esperança de ajuda externa e que todos os caminhos estavam vedados à fuga ou à revolta. A acrescentar a tudo isto, o ceticismo em relação ao futuro: nenhum dos prisioneiros podia vaticinar o que se seguia e quando é que chegaria o fim. O descrédito total na humanidade, o medo de não sobreviver – aliado ao medo de sobreviver e de não suportar o desenraizamento e uma vida que teria que começar do nada – assumem-se como um conjunto de fatores que, inevitavelmente, concorrem para um processo de desequilíbrio emocional, passível de culminar na formação de um trauma. Paralisação dos afetos, reações depressivas, disfunção sexual, sintomas psicossomáticos e variadas fobias são algumas das consequências desse trauma na estrutura psíquica dos sobreviventes dos campos nazis (Bergmann, 1995: 328). Michaela Hubber (1999: 162s.) aponta ainda três aspetos fundamentais que completam uma noção de trauma:

Trauma é, em primeiro lugar, um acontecimento inundante que por norma surge com grande ímpeto, rapidez, intensidade e duração e eventualmente pode ser acompanhado com forte dor física – um acontecimento, com o qual o nosso sistema de processamento de informação, o cérebro, não consegue lidar. Segundo: nós não conseguimos fugir. Terceiro: Não podemos lutar contra ele. Acontece simplesmente e, ao fim e ao cabo, não podemos fazer nada contra o facto de termos de experimentar algo, que é adverso, desapontante, transbordante e inevitavelmente horrível. Um trauma é hoje por definição uma situação, que não conseguimos evitar, que desce sobre nós, que contém características de absoluta impotência e, para além do mais, a ameaça de alienação psíquica, portanto o sentimento: o meu Eu, a minha própria pessoa é destruída, frequentemente acompanhado do pensamento: *Agora acabou tudo!*<sup>[3]</sup>

3 [Ein Trauma ist also erstens ein überflutendes Ereignis, dass in der Regel mit großer Wucht, und Schnelligkeit, Intensität und Dauer daherkommt und eventuell mit körperlichen heftigen Schmer-

Cathy Caruth (1996: 11) define ainda trauma como o culminar de uma experiência extrema num contexto repentino e catastrófico, surgindo a resposta a esse acontecimento mais tardiamente através de repetitivas e incontroláveis alucinações ou através de outros fenómenos que ultrapassam os padrões normais de comportamento. Esta resposta surge mais tarde devido ao período de latência, durante o qual o efeito da experiência traumática ainda não é visível:

Trauma is described as the response to an unexpected or overwhelming violent event or events that are not fully grasped as they occur, but return later in repeated flashbacks, nightmares and other repetitive phenomena. Traumatic experience, beyond the psychological dimension of suffering it involves, suggests a certain paradox: that the most direct seeing of violent events occurs as an absolute inability to know it; that immediacy, paradoxically, may take the form of belatedness. The repetitions of the traumatic event – which remain unavailable to consciousness but intrude repeatedly on sight – thus suggest a larger relation to the event that extends beyond what can simply be seen or what can be known, or is inextricably tied up with the belatedness and incomprehensibility that remain at the heart of this repetitive seeing (Caruth, 1996: 91s.).

Caruth, apoiando-se no pensamento freudiano, sugere ainda que este fenómeno posterior de pesadelos e recapitulações repetitivas de imagens do passado, que o sujeito não consegue de imediato identificar, vem sublinhar a ideia de que o trauma é, mais do que uma patologia ou uma doença, uma psique ferida: é sempre a história de uma ferida que grita e que exige ao sujeito a verbalização de uma realidade ou verdade que de outra forma não é alcançável (*Idem*: 4).

Todas as experiências traumáticas vividas, pautadas pela opressão, pela dor física e moral e pelo medo – do presente e do futuro –, conduziram à mais profunda crise existencial, crise que, para os prisioneiros, significaria a maior das provas: até que ponto é que conseguiriam manter a sua identidade como seres

---

zen einhergeht – ein Ereignis, mit dem unser Informationsverarbeitungssystem, das Gehirn, nicht fertig wird. Zweitens: Wir können nicht fliehen. Drittens: Wir können nicht dagegen ankämpfen. “Es” passiert also, und wir können letztlich gar nichts dagegen tun, etwas erleben zu müssen, das aversiv ist und entsetzlich und überflutend und unausweichlich schrecklich. Ein Trauma ist heute also per Definition eine Situation, der wir nicht ausweichen können, die über uns kommt, die Merkmale von absoluter Ohnmacht enthält und dazu eine psychische Annihilationsdrohung, also das Gefühl: Mein Ich, mein Selbst wird vernichtet, häufig begleitet von dem Gedanken: Jetzt ist alles aus.]

A autora do presente artigo é responsável pela tradução de todas as fontes originalmente redigidas em língua alemã.

humanos e, no caso dos indivíduos com fortes vínculos religiosos, como judeus (Wardi, 1997: 34s.). Alguns resistiram, mas muitos outros sucumbiram, não suportando o processo de desumanização, robotização e alienação perpetrado pelo regime nazi. Enfim, uma luta desigual pela vida que conduziu, na maioria dos casos, àquilo que a Psicologia classifica de “regressão” dos prisioneiros, isto é, ao desinteresse pela vida e à entrega total à letargia. Dina Wardi (*Idem*: 44) caracteriza da seguinte forma este processo regressivo vivido pelas vítimas dos campos de concentração ou extermínio:

Uma vez que aos prisioneiros eram retirados a confiança nata e o narcisismo saudável, eles dirigiam os seus movimentos agressivos contra si próprios. O primeiro sinal de fragmentação e regressão da capacidade de criação de simbolismos tinha como consequência a perda da capacidade existencial de autoproteção e de vigília vital permanente. Este processo regressivo deixou alguns num estado de um organismo com um funcionamento puramente psicomotor, cuja atuação automática era um primeiro sinal para uma morte breve.<sup>[4]</sup>

Uma vez terminada a guerra e libertados os campos de concentração, os sobreviventes procuraram recomeçar uma nova vida. Não obstante, as difíceis memórias do passado recente tornaram-se num estigma, num prolongamento do aprisionamento, circunstância que, para muitos, inviabilizou a assimilação das experiências vividas e o restabelecimento do equilíbrio. Esta dificuldade em resolver as feridas emocionais adquiriu, com uma recorrência bastante elevada, os contornos de uma doença, de um “KZ-Syndrom” [síndrome do campo de concentração], cujos sintomas passavam por tendências depressivas, por um luto crónico, por complexos de culpa, por sentimentos de vazio ou ainda por um medo crónico de perder o amor-próprio, a capacidade verbal de articular as sensações e os sentimentos e a capacidade de criar construções simbólicas. Perturbações físicas e psicossomáticas, pesadelos, oscilações extremas do ânimo, dificuldade em estabelecer relações humanas ou em criar empatia com o universo circundante, a recusa de um trabalho de luto ou uma autoimagem carregada de negativismo fazem também parte desta constelação de sintomas

---

4 [Da den Häftlingen Urvertrauen und gesunder Narzißmus genommen wurden, richteten sie ihre aggressiven Regungen gegen sich selbst. Mit den ersten Anzeichen einer Fragmentierung und Regression der Symbolisierungsfähigkeit ging der Verlust der existentiell wichtigen Fähigkeit zum Selbstschutz und der lebensnotwendigen permanenten Wachsamkeit einher. Dieser regressive Prozeß ließ manche zu einem rein psychomotorisch funktionierenden Organismus werden, dessen automatisches Handeln erstes Anzeichen für seinen baldigen Tod war.]

(Wardi, 1997: 46s.). Dietmar Sedlaczek (1996: 8s.) afirma, a este propósito, que qualquer que tenha sido a reação ao fenómeno do extermínio nazi, com comportamentos mais ou menos neuróticos, a perseguição conduziu sempre a uma cesura, por vezes insanável, na biografia das suas vítimas.

A sensação de vazio, a perda de qualquer objetivo ou ideal de vida e a incapacidade de compreender o ocorrido são observados como comportamentos comuns de antigos prisioneiros que, derrotados e com sintomas de depressão crónica, não conseguem recuperar a capacidade de iniciativa. Noites mal dormidas e sonhos, onde são lembrados os familiares falecidos ou cenas do campo, fazem também parte da sintomatologia do período pós-libertação (*Idem*: 45). O sentimento de culpa por não terem morrido tende também a ser uma característica comportamental frequentemente verificada em sobreviventes que sentem a sobrevivência como um peso, na medida em que, não compreendendo como foi possível suportar condições tão adversas, encentam uma busca incessante de um sentido para a própria sobrevivência. Esta busca transforma-se, então, num complexo de culpa que, para ser apaziguado, poderá exigir que os sobreviventes relembrem e invoquem constantemente todos aqueles que pereceram, no sentido de honrar a sua memória, não permitindo, assim, que a sua morte e o seu sofrimento sejam esquecidos (*Idem*: 34).

A vida nos campos de concentração tornou-se certamente numa experiência ainda mais traumática quando pais ou mães se faziam acompanhar pelos filhos. As condições adversas nos campos não permitiram às vítimas conseguir responder às necessidades físicas dos filhos e, conseqüentemente, as suas necessidades emocionais terão sido também negligenciadas. Para conseguirem a própria sobrevivência, muitos pais adotaram uma atitude de “bloqueio emocional”, isto é, não manifestaram qualquer sinal de afeto ou de emoção relativamente aos filhos. Em muitos casos este bloqueio emocional, que funcionou como mecanismo de preservação durante o momento traumático, não foi suprimido após o final da guerra (Bar-On & Chaitin, 2000: 12).

Bar-On e Chaitin dão algumas respostas que procuram justificar esta dificuldade dos progenitores em reencontrar a capacidade de educar, proteger e amar um filho. Um dos motivos poderá ter sido o facto de alguns indivíduos, imediatamente após o final do conflito e em alguns casos ainda nos abrigos para refugiados, terem casado, não por amor, mas por desespero, com o intuito de reconstruir a vida familiar e de regressar à normalidade. Contudo, e na sequência do “bloqueio emocional” enunciado anteriormente, esta tentativa de restabelecer a normalidade foi ilusória e muitos destes pais não conseguiram

ram dar o devido apoio aos seus filhos, negligenciando não só o acompanhamento emocional da criança como, em alguns casos, até as suas necessidades físicas. Este desajuste emocional não só não foi ultrapassado após o final da Guerra, como na maioria dos casos, se acentuou, uma vez que muitos sobreviventes se debatiam com a busca de uma razão para a própria sobrevivência e procuravam obsessivamente motivos para a morte de entes queridos. Este *stress* profundo, acompanhado de sentimentos de culpa e, ainda, do silêncio imposto pela própria sociedade, ajudou a manter e a intensificar o bloqueio emocional que tinha começado durante os anos de conflito, resultando daí uma enorme dificuldade no restabelecimento dos laços parentais.

Como é sabido, o Holocausto quebrou a moldura familiar de milhões de indivíduos, obrigando-os a abandonar as suas casas, a sua profissão, os seus hábitos do quotidiano, as suas tradições e a abdicar do seu estrato social e económico. Alguns foram evacuados e levados para guetos ou campos de trabalho, outros imediatamente conduzidos à morte. Nos campos foram submetidos à fome, à doença e ao trabalho árduo. Para além destes, também os indivíduos que durante o período de domínio fascista viveram na clandestinidade (em casas privadas, em conventos ou em bosques, sempre na iminência de serem capturados) se enquadram num cenário de provável desequilíbrio familiar. A perseguição nazi conduziu, em suma, à completa desorganização de uma vida familiar normal. Contudo, após o final da guerra os sobreviventes tentaram normalizar as suas vidas, reprimindo temporariamente os horrores que testemunharam. Para alguns esta pseudonormalidade funcionou, na verdade, nos momentos imediatos após 1945, na medida em que a prioridade máxima das vítimas seria cuidar da própria existência física. O facto de não poderem chorar as mortes nem sentir as perdas, sob pena de porem em risco a própria reestruturação e reconstrução física, proporcionou um aparente esquecimento dos mortos. Não obstante esta aparente normalidade, o luto pela perda de entes queridos, o trabalhar o desespero e a agressão, a redefinição do Eu moral e o restabelecimento da confiança e da fé em si próprio e nos outros são elementos de um processo de reconstrução que foi atrasado, atraso esse que teve consequências na relação que estes indivíduos estabeleceram com os seus descendentes (Bar-On, 1994: 4).

Em suma, em oposição a uma atitude obsessiva de invocar constantemente o passado e os mortos, muitos sobreviventes prosseguiram com uma vida aparentemente normal, dedicando-se com afinco à reconstrução e à recuperação da vida e do tempo perdido, tendo “optado” pelo silêncio em relação ao ocor-



rido, encerrando durante décadas as suas histórias pessoais. Não obstante, tal atitude não significará que a experiência à qual foram submetidos não foi tão intensa e violenta; o silêncio é também uma forma de representação, de transmissão de uma mensagem que, por ser tão forte, não é passível de ser verbalizada. Sedlaczek (1996: 49) chama ainda a atenção para o facto de que um longo período de silêncio não deverá ser entendido como o comportamento “normal” de quem não manifesta dificuldades em lidar com experiências violentas. Este comportamento estará mais relacionado com a incapacidade de enfrentar a dor do que com a facilidade em a assimilar e, embora o confronto possa ser adiado, a qualquer momento o passado emergirá, podendo arrastar consigo perturbações psíquicas danosas:

Conheço pessoas que regressaram dos campos de concentração, onde tiveram as experiências mais horríveis, mas que não quiseram ou conseguiram pronunciar uma única palavra acerca do que lhes aconteceu e que agora regressaram à vida normal, com a família e o seu trabalho. E no entanto, não podemos nestes casos falar de boa saúde mental. Sem dúvida estarão grandes quantidades de afetos e agressividade reprimidos, mas que não foram certamente assimilados. Com grande probabilidade esta situação conduzirá, com o passar do tempo, a graves perturbações psíquicas.<sup>[5]</sup>

Como se referiu, a natureza dos vários tipos de experiências traumáticas a que os sobreviventes estiveram sujeitos é, de facto, bastante heterogénea. Há, todavia, uma situação que parece assumir-se como denominador comum de todas as histórias familiares marcadas por este acontecimento: o Holocausto parece ter afetado a “função de escudo protetor” que subjaz à relação entre pais e filhos, deixando um elevado número de indivíduo entregues à própria sorte numa fase muito precoce da vida. Por outras palavras e parafraseando os psicólogos Dan Bar-On e Julia Chaitin (2000: 2) as funções básicas de um pai e de uma mãe – responder às necessidades físicas, económicas, sociais e psicológicas de uma criança – foram bruscamente dificultadas ou mesmo interrompidas, o que conduziu a problemas no relacionamento entre os vários

---

5 [Ich kenne Leute, die aus Konzentrationslagern zurückgekommen sind, wo sie die schrecklichsten Erfahrungen hatten, die aber kein Wort darüber sprechen wollten oder konnten, und die jetzt in ein normales Leben mit ihrer Familie und ihrer Arbeit zurückgekehrt sind. Und doch kann man in diesen Fällen nicht von geistiger Gesundheit sprechen. Zweifellos sind große Quantitäten von Affekten und Aggressivität unterdrückt, aber sicher nicht assimiliert worden. Mit großer Wahrscheinlichkeit wird dies im Laufe der Zeit zu schweren psychischen Störungen führen.]

membros da família e ao adensar do trauma, provocado pela mão direta dos agentes nazis.

Por força das memórias profundamente traumáticas, a história pessoal de sobrevivência de cada vítima do regime nacional-socialista tornou-se numa realidade difícil de confrontar e verbalizar. A perda de familiares e amigos, o medo da morte, a desumanização e os sentimentos de culpa eram conceitos tabus que, por norma, os pais não conversavam com os filhos (Bubis, 1995: 198) – para os protegerem desse sofrimento e para se protegerem, também, a si próprios. Apesar de não conhecer o passado dos pais, esta segunda geração sentia a sua presença constante nos valores transmitidos, nos receios manifestados e na conduta quotidiana. A vida destas famílias girava, na realidade, em torno do silêncio acerca de um tema proibido, o que acabou por ser gerador de fantasias junto da geração mais jovem. Apesar desta curiosidade, os descendentes pareciam compreender a necessidade de silêncio e, por isso, também não colocavam questões. Bar-On (1994: 5) usa a imagem da “parede dupla” para descrever esta atitude entre pais e filhos: em ambos os lados foi erguida uma parede de silêncio, onde cada um dos sujeitos atuava de forma autista relativamente ao passado. Por vezes uma das partes tentava abrir uma janela, mas acabava por se deparar com a parede erigida pelo outro, saindo, por conseguinte, frustrada qualquer tentativa de diálogo. Esta conspiração do silêncio, norma social que desencorajou sobreviventes a falar sobre as suas experiências no Holocausto, seria responsável pela transmissão à geração mais nova daquilo que a literatura classifica de “síndrome de sobrevivência”, isto é, ao ocultarem as suas histórias individuais, os progenitores desencadearam uma reação contrária paradoxal: o conteúdo não enunciado, manifestando-se nas crianças através de fantasias, receios e sonhos, era transmitido de uma forma mais poderosa.

De acordo com os estudos de Julia Chaitin e Dan Bar-On (2002: 301s.), a vulnerabilidade de um indivíduo ao *stress* e à ansiedade é fortemente influenciada pelo modo como decorreu a sua infância. O apego precoce a um “objeto amado” – normalmente a mãe – durante os primeiros anos de vida de um indivíduo desempenha um papel de extrema importância na manutenção da estabilidade emocional durante a sua vida adulta. Assim, as crianças que crescem com um objeto amado capaz de as apoiar emocionalmente desenvolvem uma autoimagem de competência e sentem-se merecedoras desse amor. A criança será ainda capaz de usar o objeto amado como uma base segura, a partir da qual poderá explorar e dominar novas experiências. Em situação de diametral

oposição estará a criança que é acompanhada por um progenitor irresponsável ou incapaz. Quando se sente insegura numa relação, ou quando receia a perda de segurança nessa mesma relação, a criança desenvolve uma “ligação ansiosa” que perturba a forma como se autoperceciona. Para além disso, estes indivíduos, ao serem formados dentro de um modelo de parentalidade desequilibrado, dificilmente escaparão ao modelo no qual desenvolveram a sua identidade, quando tiverem que assumir eles próprios o papel de educadores.

Tendo em conta esta perspetiva, conclui-se que, num contexto extremo como o registado durante a guerra, o apoio emocional de milhões de crianças terá sido (inadvertidamente) negligenciado, o que poderá ter influenciado a sua atitude enquanto adultos e também enquanto progenitores. Mesmo no caso de crianças que não passaram pelos guetos ou campos – tendo sido entregues pelos pais em orfanatos ou a famílias de acolhimento com o intuito de os proteger da guerra – se verifica este desequilíbrio, na medida em que a cesura emocional a que foram sujeitos teve uma importância decisiva na construção da sua identidade. Sendo muito novas, muitas não compreenderam o afastamento dos pais e mais tarde, já adultas, demonstraram uma baixa autoestima e sentimentos de raiva pelo “abandono” dos progenitores. Incentivar os filhos a memorizar moradas de familiares e amigos, mentir acerca da idade durante as seleções ou esconder a identidade judaica são comportamentos que os pais, num outro contexto, nunca pediriam a uma criança e que provocaram um amadurecimento precoce que terá igualmente influenciado algumas facetas da identidade e futura vida destes indivíduos.

Para a segunda geração o significado do passado está intimamente relacionado com o tipo de relacionamento construído ao longo dos anos com as figuras parentais. Julia Chaitin aponta dois tipos de padrões de comunicação entre as famílias sobreviventes que terão influenciado o comportamento e atitudes dos filhos após o final da guerra: por um lado, temos os pais que optaram por não falar de todo no sucedido, preferindo guardar o peso do passado só para si, abrindo, assim, caminho para a já referida conspiração do silêncio.<sup>[6]</sup>

---

6 Ainda a este respeito, o termo hebraico *shetika*, solidamente enraizado no seio das famílias judaicas, refere-se ao silêncio, muitas vezes não intencional mas revelador de uma incapacidade de falar sobre o ocorrido. Os motivos deste silêncio são tornados evidentes em tratamentos psicanalíticos: por um lado, o sobrevivente acredita ser impossível descrever ou transmitir exatamente o que aconteceu – a não ser que o recetor seja alguém que também tenha vivido uma experiência idêntica. Por outro lado, o sobrevivente questiona o próprio interesse do mundo pelo destino de milhões de judeus durante a ditadura nacional-socialista (Kühl, 2001: 77). Este gesto de omissão, atitude que impossibilita um trabalho de luto bem-sucedido, será ainda o resultado de uma necessidade que o

Este silêncio era por vezes acompanhado por um estilo indireto, não-verbal de comunicação, que induzia ao desenvolvimento de sentimentos de culpa. Por outro lado, encontramos exemplos de pais sobreviventes que, não podendo falar publicamente das suas experiências, o faziam em casa, expondo excessivamente os filhos ao que lhes acontecera, às suas histórias de horror; como resultado, muitas crianças tornavam-se “prisoneiras” das histórias infundáveis dos pais (Chatin, 2000: 290).

Ambos os tipos de comunicação – o silêncio ou a exposição exagerada – revelaram ter consequências igualmente negativas sobre as crianças que, independentemente do padrão comunicacional familiar, manifestaram uma propensão para criar fantasias assustadoras ou para desenvolverem estados de distúrbio psicológico:

Alguns pais expõem os filhos ao próprio destino, enquanto outros tentam protegê-los do martírio, entregando o passado ao silêncio. Um tal pacto de silêncio estimula tais fantasias na criança, que pode revelar ser mais assustador e patogénico que a verdade colocada a descoberto<sup>[7]</sup> (Bar-On & Chaitin, 2000: 44).

Também Naomi Bubis (1995: 199) defende que, independentemente de se optar pelo silêncio absoluto ou pela transmissão detalhada de informações, qualquer uma destas atitudes influenciará irremediavelmente a construção da identidade de cada indivíduo:

As consequências para os filhos dos perseguidos pelo nacional-socialismo são idênticas. Quer com o silêncio a dominar, quer com o inundar de narrações emotivas do tempo da perseguição – as crianças serão forçosamente marcadas pelo passado dos pais. A história do sofrimento é interiorizada, a Shoah torna-se frequentemente parte integrante da própria construção da identidade.<sup>[8]</sup>

---

sobrevivente tem de negar o passado. O silêncio poderá ainda resultar de um processo inconsciente de recalamento do trauma. Não verbalizar o que aconteceu poderá também ser o resultado de um sentimento de culpa – por ter sobrevivido ou, em alguns casos mais extremos, por ter sobrevivido “à custa de outros” – e também de um sentimento de vergonha por não ter tido coragem de enfrentar o inimigo.

7 [Manche Eltern setzen ihre Kinder schonungslos dem eigenen Schicksal aus, während andere versuchen, sie vor dem Martyrium zu bewahren, indem sie die Vergangenheit dem Schweigen überantworten. Ein solcher Schweigepakt wird das Kind unter Umständen zu Phantasien anregen, die vielleicht erschreckender und pathogener sind als die unverhüllte Wahrheit.]

8 [Die Auswirkungen für die Kinder von jüdischen NS-Verfolgten sind gleich. Ob das Schweigen dominiert oder die Überflut an emotionalen Erzählungen aus der Zeit der Verfolgung – die Kinder

Como já referimos, muitas crianças foram sujeitas a uma vida de privações tanto nos campos, como na clandestinidade e outras foram ainda separadas do seu núcleo familiar e deixadas em orfanatos ou em famílias de acolhimento. Todo um conjunto de sentimentos negativos – ou porque perderam os pais ou porque conviveram com um sentimento de abandono durante toda a vida ou ainda porque a vida familiar não mais foi a mesma após o final do conflito – marcaram a existência destas crianças, mesmo as mais novas, infligiram-lhes um trauma tão profundo como o trauma de um adulto, consciente do caos em que a sua vida mergulhara.

É importante salientar que este trauma infantil não atingiu apenas os indivíduos que superaram os anos da perseguição enquanto crianças; também as crianças nascidas depois de 1945 incorreram num processo de traumatismo secundário, tal como nos explicam C. e H. Barocas (*apud* Herzog, 1995: 127):

Os filhos dos sobreviventes apresentam sintomas, que à partida esperaríamos, se de facto tivessem vivido o Holocausto. Estas crianças sofrem de relações perturbadas com os objetos, baixa autoestima, mágoa narcisista, construção identitária negativa, empobrecimento da personalidade, danos consideráveis na vida emocional. [...] Parece que todos carregam uma memória coletiva, ensombrada pelo medo, do Holocausto, que surge nos sonhos e fantasias, nas quais surgem indícios das experiências traumáticas dos pais. Estas crianças acordam de noite devido a pesadelos assustadores, com perseguições nazis, sonham com arame farpado, câmaras de gás, esquadrões de fuzilamento, tortura, mutilação, com a fuga às tropas inimigas e com o medo da exterminação. As crianças sentem que o Holocausto, embora tenha acontecido antes do seu nascimento, é o acontecimento que marca mais fortemente as suas vidas.<sup>[9]</sup>

---

sind unweigerlich von der Vergangenheit ihrer Eltern geprägt. Die Leidensgeschichte wird internalisiert, die Shoah oft zum integralen Bestandteil der eigenen Identitätsbildung.]

- 9 [Die Kinder Überlebender zeigen Symptome, die man normalerweise erwarten würde, wenn sie den Holocaust tatsächlich selbst erlebt hätten. Diese Kinder leiden unter gestörten Objektbeziehungen, geringen Selbstwertgefühl, narzißtischer Verwundbarkeit, negativer Identitätsbildung, Verarmung der Persönlichkeit und erheblichen Beeinträchtigung des Affektlebens. [...] Sie alle scheinen eine angsterfüllte, kollektive Erinnerung an den Holocaust mit sich herumzutragen, die in Träumen und Phantasien zutage tritt, in denen sich immer wieder Hinweise auf die traumatischen Erfahrungen ihrer Eltern finden. Diese Kinder wachen nachts aus schreckenerregenden Alpträumen über die Naziverfolgung auf, träumen von Stacheldraht, Gaskammern, Erschießungskommandos, Folter, Verstümmelung, von der Flucht vor Feindlichen Truppen und Angst vor der Vernichtung. Die Kinder fühlen, dass der Holocaust, obwohl er sich vor ihrer Geburt ereignet hat, das Ereignis ist, von dem ihr Leben am stärksten geprägt wurde.]

Como podemos inferir a partir das observações acima transcritas, os sentimentos negativos e os traumas transmitidos pelos sobreviventes aos seus filhos – mesmo quando o seu nascimento é posterior ao final da guerra – são responsáveis pelo desenvolvimento de uma sintomatologia que denuncia a transferência do traumatismo infligido aos progenitores no passado. Esta transmissão, quase sempre inconsciente, de mensagens subliminares que evocam os anos de violência e influenciam o comportamento da segunda geração – que, paradoxalmente, pode revelar atitudes mais perturbadoras do que as manifestadas pelos pais – encontra-se extensamente documentada em bibliografia produzida pela Psicologia.<sup>[10]</sup>

Como vimos, o trauma provocado pela experiência dos campos de concentração pode ter origens diversas – a convivência com condições de vida situadas no limiar do suportável, a morte de entes queridos ou o observar a violência infligida a companheiros – porém, subjacente a todas estas situações parece estar um sentimento específico: o sentimento de culpa. Culpa por não terem morrido, culpa por terem deixado os outros morrer ou culpa pela atitude passiva adotada. Consequência do caráter transgeracional do trauma é a transmissão deste sentimento de culpa que acompanha os filhos dos sobreviventes desde o início da formação da sua identidade. A memória do Holocausto, mesmo se envolta em silêncio ou mediada de forma fragmentada, parece manter-se viva entre os indivíduos que não viveram o extermínio pessoalmente ou passaram por ele numa fase muito precoce da vida, tornando-se o sentimento de culpa parte de uma herança transmitida a esta geração. Os conceitos de trauma, memória e culpa são, assim, fatores importantes que contribuem em larga escala para a formação e para a consolidação da identidade, aspeto responsável pelo tipo de relações – conflituosas ou equilibradas – que cada indivíduo estabelece com o mundo.

A psicoterapeuta Maria Bergmann (1995: 352) considera que o sentimento de culpa pela sobrevivência se assume, sobretudo, como base da dinâmica central da autoimagem da vítima, sentimento que não se cinge, contudo, apenas aos indivíduos efetivamente vítimas do regime nazi; este sentimento é transferido para a geração que lhe sucedeu que, depois da experiência violenta a que os pais estiveram sujeitos, também sofre de complexos de culpa. Esta circuns-

---

10 A este respeito, veja-se, entre outros, a compilação de estudos apresentados em Bergmann, Martin S. e Jukovy, Milton E. (Eds.) (1995), *Kinder der Opfer. Kinder der Täter. Psychoanalyse und Holocaust*, Frankfurt am Main, S. Fischer.

tância estará relacionada com o facto de a criança ser utilizada na satisfação das necessidades narcisistas, no preenchimento da ferida narcisista dos progenitores (Hirsch, 2000: 146). Parece também ser consensual a teoria de que, por empatia com a dor e com o sofrimento dos seus identificadores primários, a criança procura compreender e trocar posições com os pais. Adotando os sentimentos de culpa dos progenitores, a criança assume-se como a ponte para a vida depois de anos de confronto direto com a morte; a criança crê que, sentindo ela própria a culpa, substitui os objetos amados perdidos, eliminando a responsabilidade da morte de pais, irmãos, filhos, familiares e amigos que tantos sentimentos negativos provocam na mãe ou no pai (*Ibidem*).

Ilany Kogan defende uma posição idêntica, afirmando que as crianças são a projeção da tristeza e da agressão dos pais e que, devido à preocupação que têm com os progenitores, estas se fundem simbioticamente com eles. Esta segunda geração vive, assim, na sua fantasia, o trauma dos pais com o objetivo de o compreender e de o minorar (*apud* Hirsch, 2000: 146). Com o intuito de restabelecer o equilíbrio emocional dos pais e de os “salvar”, a criança procede a uma “inversão de papéis”, isto é, assume a culpa pela sobrevivência como sendo um sentimento seu (*Idem*: 147). Todavia, esta inversão conduz a uma nova culpa: como a criança não consegue eliminar nem o passado dos pais nem a sua dor, sente-se de novo culpada porque o seu objetivo não foi concretizado.

Para além destes dois tipos de culpa – a culpa “por ter sobrevivido” e a culpa por ter falhado na supressão do trauma dos pais –, Maria Bergmann (1995: 355) aponta ainda para a existência de outros sentimentos de culpa, essencialmente relacionados com o desejo de autonomização dos filhos. Quando um filho pretende defender opiniões diferentes ou definir e conduzir a sua própria vida, tais atitudes são, frequentemente, percecionadas pelos pais sobreviventes como um abandono ou como uma ofensa a alguém que já sofreu bastante no passado, o que leva esta segunda geração a desenvolver novas formas de culpa.

Em suma, houve e continuará a haver gerações de crianças marcadas pela guerra, ou porque a experienciaram ou porque a viveram através das memórias dos seus pais. Em qualquer dos casos, e se é que alguma lição podemos retirar da história, as consequências foram e serão sempre avassaladoras.

## Referências

- BAR-ON, Dan (1994), “Four encounters between descendents of survivors and descendents of perpetrators of the Holocaust: Building social bonds out of silence”, Department of Behavioral Sciences, Ben Gurion University of the Negev, Israel.
- BAR-ON, Dan & CHAITIN, Julia (2000), “Parenthood and the Holocaust”, Shoah Resource Center, Yad Vashem.
- BERGMANN, Maria (1995), “Überlegungen zur Über-ich-Pathologie Überlebender und ihre Kinder”, in M. Bergmann & M. Jukovy (eds.) *Kinder der Opfer. Kinder der Täter. Psychoanalyse und Holocaust*, Frankfurt am Main, S. Fischer, pp. 322-356.
- CARUTH, Cathy (1996), *Unclaimed Experience. Trauma, Narrative and History*, Baltimore and London, John Hopkins University Press.
- CHAITIN, Julia (2000), “Facing the Holocaust in generations of families of survivors: the case of partial relevance and interpersonal values”, *Contemporary Family Therapy* 22, nº3, pp. 289-313.
- CHAITIN, Julia & BAR-ON, Dan (2002), “Emotional memories of Family Relationships during the Holocaust”, *Journal of Loss and Trauma* 7, pp. 299-326.
- HERZOG, James (1995), “Welt jenseits von Methaphern. Überlegungen zur Trasmission des Traumas“, M. Bergmann & M. Jukovy (eds.) *Kinder der Opfer. Kinder der Täter. Psychoanalyse und Holocaust*, Frankfurt am Main, S. Fischer, pp. 127-146.
- HIRSCH, Mathias (2000), “Transgenerationale Weitergabe von Schuld und Schuldgefühl”, in L. Opher-Cohn et al. (eds.), *Das Ende der Sprachlosigkeit?: Auswirkungen traumatischer Holocaust-Erfahrungen über mehrere Generationen*, Giessen, Psychosozial Verlag, pp. 41-161.
- HUBBER, Michaela (1999), “Das Trauma und seine Folgen”, in S. Damm (ed.) *Schwer traumatisierende Erfahrungen. Auswirkungen und Psychotherapie*, Tübingen, Universitas Verlag, pp.155-180.
- Institute for Economics and Peace, *Global Peace Index 2014*, disponível em <http://economicsandpeace.org/research/iep-indices-data/global-peace-index>, consultado em 01/10/2014.
- KÜHL, Inge Marie (2001), *Zwischen Trauma, Traum und Tradition: Identitätskonstruktionen in der jungen jüdischen Gegenwartsliteratur* [Tese de doutoramento], Universität Humboldt, Berlin.
- LEVI, Primo (1988), *Se isto é um homem*, Lisboa, Editorial Teorema.
- MARTINS, Manuel (1998), “Da violência, da Literatura e de Nós Próprios”, in D. Callahan et al. (coords.), *Violência e possessão. Estudos Ingleses Contemporâneos*, Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 15-19.
- POMBO, Cristina (2015), “Guerra civil na síria mata mais de 76 mil em 2014”, *Expresso*, 02.01.2015, disponível em <http://expresso.sapo.pt/guerra-civil-na-siria-mata-mais-de76-mil-em2014=f904653#ixzz302idkhjg>, consultado em 02/01/2015.



- SEDLACZEK, Dietmar (1996), *‘Das Lager läuft dir hinterher’: Leben mit nationalsozialistischer Verfolgung*, Berlin-Hamburg, Dietrich Reimer Verlag.
- UNICEF (1996), “Children in war” in *The state of the world’s children*, disponível em <http://www.unicef.org/sowc96/1cinwar.htm>, consultado em 01/10/2014.
- United Nations High Commissioner for Refugees / Syria Regional Refugee Response (s.d.) “Registered Syrian Refugees”, disponível em <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php>, consultado em 06/01/2015.
- WARDI, Dina (1997), *Siegel der Erinnerung. Das Trauma des Holocaust. Psychoterapie mit Kindern von Überlebenden*, Stuttgart, Klett-Cotta.